

# Decisão Judicial

2020

Rennan Faria Krüger Thamay  
Vanderlei Garcia Junior

**DECISÃO JUDICIAL**

© Almedina, 2020

AUTOR: Rennan Faria Krüger Thamay e Vanderlei Garcia Junior

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935338

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Thamay, Rennan Faria Krüger  
Decisão judicial / Rennan Faria Krüger Thamay,  
Vanderlei Garcia Junior. -- São Paulo : Almedina,  
2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-533-8

1. Decisão judicial 2. Juízes - Brasil  
3. Processo civil 4. Processo civil - Brasil  
I. Garcia Junior, Vanderlei. II. Título..

19-30666

CDU-347.962.6(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Juízes : Processo civil 347.962.6(81)  
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Janeiro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

Prefácio.....	17
Introdução .....	23

### PRIMEIRA PARTE – A DECISÃO JUDICIAL

<b>Capítulo 1 – A Decisão Judicial, o Processo Contemporâneo e a Nova Ordem Constitucional .....</b>	<b>39</b>
1.1. A Constitucionalização do Processo .....	39
1.2. O Processo Contemporâneo e as Decisões Judiciais.....	44
1.3. A Efetividade da Prestação Jurisdicional, o Acesso à Justiça e os Escopos do Processo .....	50
1.4. A Decisão Judicial como Discurso Racional Prático e a Argumentação Jurídica: a Necessidade da Busca pela Resposta Correta (ou Adequada) aos Casos Concretos .....	57

<b>Capítulo 2 – Reflexos da Legitimidade Argumentativa no Estado Contemporâneo: o Dever Jurisdicional de Decidir .....</b>	<b>65</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

2.1. O Controle Judicial de Políticas Públicas e a Necessidade de Preenchimento das Lacunas Apresentadas pela Própria Lei .	65
2.3. A Legitimidade Argumentativa e o Sistema de Precedentes à Brasileira....	84
2.4. O Papel do Magistrado Constitucional no Processo Contemporâneo.....	92
2.5. <i>O Non Liquet</i> e o dever Jurisdicional de Decidir.....	95

**SEGUNDA PARTE – ANÁLISE ESTRUTURAL DAS DECISÕES JUDICIAIS****Capítulo 3 – A Decisão Judicial**

<b>e os Fatores Legitimantes da Prestação Jurisdicional .....</b>	<b>105</b>
3.1. Princípios Processuais e Constitucionais Relacionados às Decisões Judiciais	105
3.1.1. Princípio do Devido Processo Legal .....	107
3.1.2. Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional .....	109
3.1.3. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais .....	110
3.1.4. Princípio da Imparcialidade .....	111
3.1.5. Princípio do Dispositivo .....	113
3.1.6. Princípio da Igualdade Processual .....	114
3.1.7. Princípio do Contraditório .....	117
3.2. A Decisão Judicial e a Técnica Processual: uma Análise da Estrutura do Processo .....	119
3.2.1. Modalidades de Decisões Judiciais e os Requisitos Estruturantes Essenciais da Sentença .....	122
3.2.2. As Decisões Judiciais, a Instrução Processual e os Poderes Instrutórios do Juiz: Reflexos do Contraditório e da Ampla Defesa na Decisão Judicial .....	128
3.3. A Fundamentação e os Poderes de Instrução do Magistrado .....	133
3.3.1. A Incorporação da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova e a Função Jurisdicional no Direito Processual Brasileiro .....	140
3.3.2. A Fundamentação como Limite aos Poderes Instrutórios do Juiz e à distribuição Dinâmica do Ônus da Prova .....	143

**Capítulo 4 – Os Vícios das Decisões Judiciais .....**

<b>4.1. Os Vícios da Motivação e de Fundamentação: uma Análise do art. 489, §1º, I, II, III e IV, do CPC/2015 .....</b>	<b>147</b>
4.2. Tipos de Motivação .....	154
4.2.1. Motivação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i> .....	154
4.2.2. A Motivação Sucinta ou Motivação Concisa e a Motivação Inexistente ...	162
4.2.3. Motivação Implícita (ou Intrínseca) .....	167
4.3. As Decisões Imotivadas e as Nulidades por Vícios de Fundamentação .....	169
4.4. O Uso dos Precedentes e a Utilização de Outras Decisões para Fundamentar Decisões (art. 489, § 1º, V e VI, do CPC/2015) .....	176
4.4.1. O Código de Processo Civil e o Sistema dos Precedentes .....	176
4.4.2. A Decisão Judicial, o Dever de Fundamentação e a Estrutura dos Precedentes .....	179
4.4.3. A Obrigatoriedade de Fundamentação e a Estrutura dos Precedentes ...	182
4.5. A Revalorização das Decisões Judiciais, Analisadas diante da Nova Realidade do Processo Civil Contemporâneo .....	188

<b>Capítulo 5 – A Estabilidade das Decisões Judiciais .....</b>	<b>199</b>
5.1. A Estabilidade das Decisões Judiciais e os Mecanismos de Estabilização....	199
5.1.1. A Segurança Jurídica e a Paz Social .....	199
5.2. Mecanismos de Estabilidade das Decisões Judiciais .....	204
5.2.1. A Coisa Julgada.....	205
5.2.2. A Preclusão.....	214
5.2.3. O Trânsito em Julgado.....	217
5.3. A Estabilidade das Decisões no Controle de Constitucionalidade Abstrato..	219
5.3.1. A Inexistência de Coisa Julgada .....	222
Considerações Finais.....	239
Posfácio.....	245
Referências .....	247